

Venezuela: Paulo Rangel apoia Guaidó

Em viagem à fronteira entre a Colômbia e a Venezuela, Paulo Rangel criticou os desmandos de Nicolás Maduro e apoiou o Presidente interino Juan Guaidó



Pg. 03

EDITORIAL

CARLOS COELHO

Portugal mais europeu

Chegámos ao fim de mais um mandato do Parlamento Europeu. Nestes cinco anos tomámos decisões que mudaram a vida das pessoas:

Com o **eCall** conseguimos utilizar as novas tecnologias para salvar vidas;

Com o fim do **roaming**, aproximámos os europeus e eliminámos preços excessivos e injustificados;

Com a reforma do **Erasmus**, mais jovens beneficiaram do programa;

Com a aprovação do **Acordo de Paris** e o pacote ambiental, a União Europeia liderou a luta contra as alterações climáticas;

Com o **Plano Juncker**, aumentámos o investimento;

Com o **Horizonte 2020** e o excelente trabalho do Comissário Carlos Moedas, apoiámos a investigação científica de ponta e a inovação tecnológica;

Com o **SIS** e o **VIS**, reforçámos as nossas fronteiras e a nossa segurança;

E com o novo **Regulamento Geral de Protecção de Dados** somos, no Mundo, quem melhor protege os direitos dos cidadãos online.

5 anos a lutar por uma **Europa mais solidária** e um **Portugal mais europeu**.

Universidade Europa Sucesso na Figueira da Foz

Pg. 09

Segurança nas fronteiras Carlos Coelho reforça fundos para Portugal

Pg. 13

InvestEU José Manuel Fernandes saúda acordo

Pg. 16

Carlos Coelho assinala o Dia do Número de Emergência Europeu -112

O 112 está de Parabéns! Este dia oficial (11 de Fevereiro) celebrado pelas instituições da UE visa promover a existência do **número de emergência europeu 112**.

Carlos Coelho recordou que é **“preocupante que metade dos cidadãos europeus ainda não reconhecem o 112 como o número de emergência salvador de vidas. Felicito todos os profissionais ligados ao número de emergência europeu que diariamente trabalham nos serviços de emergência, desde bombeiros, a operadores, a profissionais de saúde, entre outros, bem como aqueles que tanto trabalham na sua divulgação como as associações nacio-**

nais e europeias para promoção do Número de Emergência Europeu”.

O Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou desde o início esta iniciativa sendo Membro fundador da Plataforma **“MEP 112 Champions”** em que os Deputados se comprometem a apoiar e promover a utilização eficiente do número europeu de emergência 112 no seu país.

Para o efeito uma das várias iniciativas do Eurodeputado social-democrata para sensibilizar em Portugal o uso deste serviço, foi a realização do **“Minuto Europeu”** dedicado ao 112 que conta já com um grande destaque nas redes sociais.



Sofia Ribeiro defende uso sustentável dos Pesticidas

Sofia Ribeiro defendeu o uso sustentável dos pesticidas na sessão plenária, em Estrasburgo. A Eurodeputada falava no debate sobre o Procedimento de Autorização da União para os Pesticidas.

Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção afirmando que o PPE não embarca em **“derivadas populistas, estando sempre ao lado dos constituintes na defesa dos seus direitos, da melhor informação disponível e na procura das melhores soluções”**.

“Muitos querem fazer passar a agricultura como o sector responsável por uma utilização menos correta destes produtos? isto é totalmente falso”, referiu a social-democrata. **“É óbvio que é possível utilizarmos pesticidas de uma forma mais sustentável”**, admitiu a social-democrata. **“Os agricultores são os principais interessados em manter um ambiente limpo e sustentável? a sua subsistência depende disto”**, salientou. Recorde-se que a Eurodeputada é

relatora do Parlamento Europeu do parecer sobre o uso sustentável dos pesticidas.

Um estudo recente sobre a presença de resíduos de pesticidas no sector agroalimentar demonstrou que 97,2% das amostras na Europa estavam dentro dos limites legais da legislação da União Europeia, **“o que testemunha um sistema de produção alimentar extremamente rigoroso e o mais seguro a nível mundial”**, comentou. **“Por isso os cidadãos europeus podem confiar nas suas instituições, bem como nas entidades fiscalizadoras - foi isto que consegui plasmar no documento pelo qual fui responsável na Comissão da Agricultura.”**

Sofia Ribeiro explicou que as alterações climáticas estão a desencadear o surgimento de novas pragas **“que urge combater”**. A Eurodeputada explicou que a solução não passa pela erradicação dos pesticidas, mas sim pela aposta **“num maior número de substâncias ativas disponíveis, de baixo risco, e na seletividade**

de administração destes produtos”.

A Eurodeputada lembrou que uma investigação recente demonstrou uma maior presença de resíduos de pesticidas em produtos de origem biológica, em comparação com a produção convencional. **“Volto a defender que a União Europeia tem o sistema agroalimentar mais seguro do mundo e que nos mais recentes estudos, 97,2% das amostras de produtos agrícolas apresentaram valores de resíduos muito abaixo do limite legal”**, realçou Sofia Ribeiro.

Sofia Ribeiro realçou que **“há sempre espaço para melhorar”** e é por isso que saúdo o aumento do financiamento, quer para a Agência Europeia para a Segurança dos Alimentos, quer para as autoridades dos Estados-Membros, de modo a que estas entidades possam desenvolver ainda melhor o seu trabalho. **“É para isso que aqui estamos, que trabalhamos para desenvolver a confiança dos europeus na nossa Europa”**, finalizou Sofia Ribeiro.

Rangel com Guaidó na fronteira entre a Colômbia e a Venezuela

Os Vice-Presidentes do Grupo PPE ao Parlamento Europeu, **Paulo Rangel** e **Esteban González Pons** lideraram nova missão para pressionar o regime de Nicolás Maduro.

A Missão **esteve na fronteira com a Venezuela para participar na entrega da ajuda humanitária.**

Encontros com o **Presidente de Colômbia**, Iván Duque **Presidente do Chile**, Sebastián Piñera e o **Presidente do Paraguai**, Mario Abdo Benítez.

Quatro dias depois da expulsão da Missão do PPE à Venezuela, a direcção do Grupo Parlamentar do maior partido da União Europeia voltou à América Latina para manter a **pressão internacional sobre o regime de Nicolás Maduro.**

“Neste momento crucial para a vida de milhões de venezuelanos toda a ajuda e pressão internacional que fizemos foi pouca comparada com o drama que estão a viver milhões de vítimas do regime de Nicolás Maduro. Tudo o que o PPE, o Parlamento Europeu e eu próprio, enquanto dirigente da maior família política da União Europeia, puder fazer para levar novamente a democracia e a prosperidade ao povo venezuelano, farei sem hesitar um segundo.” afirma Paulo Rangel.

A Missão dos deputados do PPE ao Parlamento Europeu à **Colômbia** decorreu entre **quinta-feira, 21 de fevereiro e Domingo, dia 24 de fevereiro.**

No dia 22 de fevereiro, em Cúcuta, a delegação esteve com refugiados, visitando campos onde se encontram em particular crianças, e manteve contactos com diversas ONGs no terreno. Esta iniciativa coincidiu com o concerto de solidariedade *“Venezuela Aid Live”*, organizado por Richard Branson, dono da Virgin.


No sábado, 23 de fevereiro Paulo Rangel esteve **na fronteira com a Venezuela**, na ponte internacional Simón Bolívar (a principal via terrestre que liga a Colômbia à Venezuela) onde decorreu uma missão de ajuda humanitária internacional



Paulo Rangel reconhece: “Neste momento crucial para a vida de milhões de venezuelanos toda a ajuda e pressão internacional que fizemos foi pouca comparada com o drama que estão a viver milhões de vítimas do regime de Nicolás Maduro. Tudo o que o PPE, o Parlamento Europeu e eu próprio, enquanto dirigente da maior família política da União Europeia, puder fazer para levar novamente a democracia e a prosperidade ao povo venezuelano, farei sem hesitar um segundo.”

e por onde passam diariamente cerca de 35.000 venezuelanos à procura de alimentos e produtos de primeira necessidade.

A delegação foi liderada pelos dirigentes **Paulo Rangel**, Vice-Presidente do PPE e do Grupo Parlamentar do PPE, **Esteban González Pons**, também Vice-Presidente do Grupo Parlamentar e chefe da delegação espanhola no Parlamento Europeu, e acompanhada por mais dois deputados do Grupo PPE.

Além de Juan Guaidó, a delegação do PPE encontrou-se com **vários chefes de Estado**, o **Presidente da Colômbia**, Iván Duque, o **Presidente do Chile**, Sebastián Piñera, e o **Presidente do Paraguai**, Mario Abdo Benítez, e o programa incluiu ainda diversas reuniões com Deputados da Assembleia Nacional Venezuelana, Embaixadores, organismos internacionais, a Igreja Católica, a Cruz Vermelha e diversas ONGs. 

Carlos Coelho aplaude a aprovação do RescEU

O Parlamento Europeu **aprovou por larga maioria o novo Mecanismo Europeu de Protecção Civil** que visa reforçar a proteção civil da UE em matéria de resposta a catástrofes, criando o o rescEU que irá reforçar o atual Mecanismo e que contou com o apoio do Eurodeputado **Carlos Coelho**.

Carlos Coelho afirmou, em Estrasburgo, que **“só em 2017, morreram 200 pessoas em consequência de catástrofes naturais na Europa sendo os custos económicos também muito significativos. Não obstante o trabalho efectuado pelo actual Mecanismo de Protecção Civil da União existiam ainda lacunas em termos de eficácia e eficiência, sendo de louvar a aposta na prevenção e na preparação para as catástrofes”**.

Com o novo sistema aprovado a UE irá reforçar as suas capacidades de resposta através das seguintes medidas:

- Criação, em colaboração com os Estados-


-Membros, de uma **reserva europeia de capacidades para responder a catástrofes**, como por exemplo, aviões de combate a incêndios, bem como outros meios de resposta a situações como emergências médicas ou incidentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares;

- **Cofinanciamento das despesas operacionais das capacidades do rescEU** utilizadas nas operações do Mecanismo de Protecção Civil da UE;
- Cofinanciamento do desenvolvimento das capacidades do rescEU;
- Aumento do apoio financeiro às capacidades registadas na Reserva Europeia de Protecção Civil, incluindo a nível da adaptação, reparação, custos operacionais (no interior da União) e custos de transporte (fora da União).

Paralelamente a UE intensifica o apoio aos Estados-Membros na gestão do risco de catás-

trofes através das seguintes medidas:

- Estabelecimento de um quadro simplificado de apresentação de relatórios, centrado nos principais riscos de natureza transfronteiriça e nos riscos de baixa probabilidade mas de elevado impacto;
- Prestação de apoio aos Estados-Membros no sentido de reforçarem as suas medidas existentes, através do mecanismo de consulta, do envio de missões de peritos e do acompanhamento das recomendações emitidas;
- Partilha de conhecimentos e ensinamentos através da criação de uma nova **Rede Europeia de Conhecimentos sobre Protecção Civil**.

Ao finalizar Carlos Coelho afirmou que **“este é um bom exemplo prático da solidariedade europeia passando agora a haver uma reserva de activos ao nível europeu para ajudar os Estados-Membros mais necessitados complementando as suas estruturas nacionais”**. 

José Manuel Fernandes promove talentos portugueses em Bruxelas

A promoção dos produtos e talentos portugueses em Bruxelas sempre foi uma marca do Deputado José Manuel Fernandes, que junto das instituições europeias, valorizou exemplos nacionais de sucesso em diferentes áreas – nomeadamente ao nível da inovação e empreendedorismo, no desporto radical e no desenvolvimento empresarial de produtos artesanais.


Num evento atípico no Parlamento Europeu, o Deputado **José Manuel Fernandes** proporcionou à equipa da Trial Portugal a possibilidade de concretizar um feito inédito e bater um novo recorde: o atleta Daniel Sousa subiu em bicicleta as escadas centrais do edifício do Parlamento Europeu. Desta forma, foi possível, **“através do desporto, promover o multiculturalismo e os valores da União Europeia”**, e simultaneamente,

destacar em Bruxelas as capacidades atléticas portuguesas.

Mais recentemente, em abril, José Manuel Fernandes abriu espaço a jovens portugueses na área da investigação, inovação e empreendedorismo, promovendo a apresentação – no Parlamento Europeu – de três projetos vencedores do concurso **‘Empreender e inovar na UE’**. Esta é uma iniciativa apoiada pelo Eurodeputado do PSD e que envolve também o Centro de Informação Europe Direct do Minho (CIEDMinho) - Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) e o jornal Correio do Minho/Rádio Antena Minho.

FreeO é o projeto vencedor. Prevê a criação de um dispositivo médico para aliviar alguns problemas dos doentes colostomizados. O concurso destacou ainda o projeto Sensorial,

uma plataforma interativa para dar a conhecer locais através de fotografias, sons e diários de bordo. Três jovens famalicenses foram igualmente premiadas pela **‘ousadia’** de, através do projeto **‘Reconto da Vila’**, propor a **“introdução da inovação para preservar a arte do barro de Bisalhães, característica de Vila Real e declarada património imaterial da UNESCO”**.

José Manuel Fernandes promoveu ainda uma mostra de cerveja artesanal minhota: a Letra, uma produção desenvolvida em Vila Verde por jovens formados na Universidade do Minho. Pessoas de diferentes nacionalidades sobrelo-taram o Café Portugal, em Bruxelas, apreciaram e teceram rasgados elogios à cerveja que tinham acabado de conhecer, numa demonstração da qualidade e excelência do que se faz em Portugal e do que jovens empreendedores são capazes. 

Dar o máximo “Pela nossa terra”



Sem nunca abdicar do compromisso de proximidade e da prioridade à coesão social e territorial, o Eurodeputado **José Manuel Fernandes** assume-se determinado em “*continuar a dar o máximo, para ajudar as pessoas, as populações e o desenvolvimento das nossas terras*”. É uma causa que reafirma nas edições deste ano da publicação “*Pela Nossa Terra*”, dedicadas ao Minho e a Trás-os-Montes.

“*Todos são importantes nesta missão e neste trabalho*”, reitera José Manuel Fernandes, que tem realizado sessões públicas de apresentação das edições 2019, com casas cheias em diferentes concelhos dos distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.

Em defesa da Europa e das suas regiões e territórios, José Manuel Fernandes sublinha que, a par do trabalho de proximidade, nomeadamente no Minho, foi possível obter grandes vitórias no Parlamento Europeu na defesa dos fundos europeus e do financiamento da política de coesão, assim como de programas para a juventude, para a investigação e inovação.


O Eurodeputado – que se orgulha de conciliar as condições de “*minhoto, português e europeu*” – destacou ainda a satisfação pelos resultados conseguidos nas negociações do Plano Juncker e do programa de investimentos InvestEU para 2021-2027, de importância vital para a dinamização económica e para as empresas.

“*Só com uma economia forte e competitiva, com estímulos para as PME, o empreendedorismo e a iniciativa privada, podemos ter melhores salários e empregos para todos, melhor serviço público na saúde, na educação, nos transportes e no apoio aos mais carenciados e necessitados*”, sustentou José Manuel Fernandes.

Nas publicações “*Pela Nossa Terra – Minho 2019*” e “*Pela Nossa Terra – Trás-os-Montes 2019*”, José Manuel Fernandes procura “*promover, defender e estimular o nosso território e a União Europeia, de que todos fazemos parte ativa*”. É “*um tributo aos autarcas e ao poder local*”. Na introdução, reafirma o reconhecimento da “*importância do poder local e dos nossos autarcas,*

desde as freguesias aos municípios”, que “*fazem um trabalho notável a favor dos cidadãos e da coesão de todo o território*”.

Nesta edição, é apresentada informação sobre os novos planos de investimentos para a União Europeia: o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – o chamado “*Plano Juncker*” – e o seu sucessor para o período 2021-2027, o programa InvestEU. A par do alerta para “*a evolução demográfica da nossa sociedade*”, o eurodeputado do PSD e coordenador do PPE na comissão dos orçamentos partilha igualmente considerações sobre as negociações para o novo Quadro Financeiro Plurianual, que vigorará de 2021 a 2027 e que sustentará o financiamento do “*Portugal 2030*”.

No livro, José Manuel Fernandes atualiza informações sobre os concelhos e as freguesias da região abrangida, incluindo a identificação dos Presidentes de Câmara e de Assembleia Municipal, vereadores e Presidentes de Junta, aliando sempre informação local com a actualidade europeia. 


Controlar os vistos gold como nunca foi feito

O relatório de **Carlos Coelho** sobre a reforma do **Sistema Europeu de Vistos (VIS)** foi aprovado com mais de **500 votos favoráveis** pelo plenário do Parlamento Europeu.

O VIS é o sistema de informação europeu que garante o intercâmbio de informação sobre os vistos de entrada no espaço Schengen e permite a cooperação entre autoridades consulares, guardas de fronteiras e polícias da União Europeia.

No final da votação Carlos Coelho recordou que atualmente o VIS só é utilizado para os chamados vistos de curta-duração **“mas não são apenas turistas a entrar na UE. Em 2017, foram também um milhão de trabalhadores, 800.000 pessoas a juntarem-se às suas famílias, mais**

de meio milhão para estudar e muitos milhares para investir”. O Deputado português sublinhou que **“vamos controlar os vistos gold na Europa como nunca feito até agora. Este é um passo significativo para uma Europa mais segura e transparente.”**

O social-democrata destacou que **“qualquer nacional de país terceiro será sujeito a 15 controlos de segurança, contra 7 sistemas de informação da União Europeia, antes mesmo de chegar a solo europeu. Baixámos a idade de recolha de impressões digitais e alargamos o acesso às polícias. Desta forma, vamos ter melhor informação para combater o tráfico de crianças que nos chegam de fora da União, vamos ter mais informação para identificar vítimas de crime e também os seus autores”**. 



Cláudia Monteiro de Aguiar satisfeita com aprovação de mecanismo 'Interligar Europa'

A Comissão de Transportes e Turismo aprovou, ontem, o acordo sobre o Mecanismo «Interligar a Europa», (CEF), um instrumento financeiro que, apoiando o investimento nas áreas dos transportes, energia e infraestruturas digitais, vem permitir, às Regiões Ultraperegrinas (RUP), uma taxa de cofinanciamento de 70%.

Uma aprovação que deixa a Eurodeputada social-democrata **Cláudia Monteiro de Aguiar** altamente satisfeita, sobretudo pelas implicações que dela decorrem para a Região.

“Estamos a falar de uma conquista sem precedentes, já que, pela primeira vez, a Região tem a possibilidade de apresentar projetos ao CEF, beneficiando do apoio com taxas a partir de 70%”, sublinhou, acrescentando que **“este era um compromisso há muito reclamado pela Conferência dos Presidentes das RUP**


e que, no fundo, se concretiza para incentivar a continuidade e o reforço do investimento em áreas onde a Madeira tem demonstrado a sua capacidade e, inclusive, pioneirismo”.

Paralelamente, destaca a Eurodeputada do PSD – e em resultado desta aprovação – a Madeira passa a integrar o corredor principal das infraestruturas digitais, o que valida **“a aposta que tem vindo a ser desenvolvida ao nível do Cabo Submarino para melhorar as redes de telecomunicações”**. Aliás, reforça, **“não há dúvidas de que esta integração contribui para que a emancipação tecnológica da Madeira passe a ser uma prioridade para a União, nas próximas perspetivas financeiras”**.

Em sentido oposto, Cláudia Monteiro de Aguiar lamenta que a sua proposta de integrar a Madeira no corredor prioritário do Atlântico, no respeitante ao investimento

nas infraestruturas de transportes e energia, não tenha ficado no presente acordo. **«Infelizmente e, mais uma vez, não houve empenho suficiente por parte do Estado Português, nesse sentido»,** revela.

Refira-se que, no âmbito deste Mecanismo, o Parlamento propõe um montante de cerca 44 mil milhões de euros, para o período 2021-2027. Este valor divide-se em 33.513 mil milhões de euros para projetos ligados aos transportes (com uma parte alocada do Fundo de Coesão) 8,65 mil milhões de euros para projetos energéticos e, 3 mil milhões de euros, para projetos na área digital.

Acresce dizer que este acordo parcial alcançado não inclui os montantes finais, decisão que os Estados-membros apenas validarão aquando do fecho dos valores para o período 2021-2027. 

Rangel reforça poder e independência do Provedor de Justiça Europeu


Relatório sobre o estatuto do Provedor de Justiça Europeu foi aprovado por 573 votos a favor, 29 contra e 66 abstenções. Garantias dos cidadãos reforçadas com as propostas de **Paulo Rangel**.

O relatório do Deputado Paulo Rangel sobre o estatuto do Provedor de Justiça Europeu foi aprovado por unanimidade na Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

“Trata-se de um passo histórico muito relevante no sentido da defesa dos direitos dos cidadãos na União Europeia e da independência da actuação do Provedor. Fiz um esforço enorme para manter o Provedor como um “soft power”: a sua força é a sua credibilidade e autoridade moral. Não faltaram tentativas para o transformar num “procurador” ou “juiz”. Seria o fim de uma instituição que tem tanto mais poder quanto mais informal.” afirma o deputado Paulo Rangel.

Entre as novidades propostas no relatório do deputado do PSD, estão:

- **“formalização do acesso gratuito pelos cidadãos”**: consagração do acesso “pleno, gratuito e fácil” ao Provedor, pelos cidadãos europeus.
- **“Acesso do Provedor a todos os documentos”**: o Provedor deve ter acesso aos documentos das instituições, dos órgãos, dos organismos e das agências da União, bem como, quando o direito nacional permitir, das autoridades dos Estados Membros.

“Período de nojo antes da eleição”: só podem candidatar-se ao cargo aqueles que, além de garantias de competência e de independência, não tenham sido titulares de cargos nas instituições, nos órgãos, nos organismos e nas agências da União nos três anos anteriores”. 



Paulo Rangel afirma: “Trata-se de um passo histórico muito relevante no sentido da defesa dos direitos dos cidadãos na União Europeia e da independência da actuação do Provedor. Não faltaram tentativas para o transformar num “procurador” ou “juiz”. Seria o fim de uma instituição que tem tanto mais poder quanto mais informal.”

Sofia Ribeiro quer mais Economia Social

Sofia Ribeiro presidiu à mesa redonda sobre o futuro da economia social, realizada, no Comité Económico Social Europeu, em Bruxelas. A Eurodeputada, Vice-presidente do Intergrupo da Economia Social, começou por reforçar a importância do setor, destacando a *“resiliência das empresas da economia social em períodos de crise”*.


A Eurodeputada apresentou a relevância crescente do setor face a desafios sociais que se perspetivam a muito curto prazo, *“tais como os que decorrem do envelhecimento da população e de uma maior digitalização do mercado de trabalho”*. *“Estes são desafios que vão requerer uma maior diversificação de respostas sociais, o que implica um fortalecimento da economia social”*.

A social-democrata referiu que *“criar um estatuto para as empresas continua a ser uma prioridade”* até porque, explicou, *“apenas através da consolidação do próprio conceito de empresa social ou solidária, é que estas instituições podem usufruir na totalidade das vantagens do mercado único e chegar diretamente a linhas de apoio Europeu, conferindo-lhes mais independência*



face aos Governos dos Estados-Membros”

“Estou muito satisfeita com o trabalho desenvolvido no âmbito do Intergrupo da Economia Social”, realçou Sofia Ribeiro, explicando que este grupo de trabalho *“acabou também por ser mais uma força de pressão sobre aquela que deverá ser a Dimensão Social da União Europeia que indubitavelmente está*

mais equilibrada com a dimensão económica”. O objetivo da mesa redonda foi apresentar o que a Europa ganha com aqueles que fazem parte do ecossistema da economia social, sejam elas cooperativas, fundações ou mutualidades. *“Torna-se realmente importante celebrar aquilo que a economia social europeia alcançou neste mandato, fazendo a ponte para quais devem ser as futuras propostas”*, finalizou Sofia Ribeiro. 

Carlos Coelho exige avaliação da Lei sobre Drones à Comissão Europeia

Foram conhecidos os pareceres da **Comissão Nacional de Proteção de Dados** e da **Autoridade Nacional de Aviação Civil** sobre a proposta de lei do Governo de Portugal que regula a **utilização de aeronaves não tripuladas (“drones”)** e estabelece as regras de operação e de autorização quanto à sua utilização civil no espaço aéreo nacional. Carlos Coelho exigiu à Comissão que avalie a compatibilidade da proposta com a legislação europeia.


Carlos Coelho foi perentório em considerar que *“é lamentável que até na mais elementar tarefa de se coordenar com as instâncias europeias antes de propor legislação, o Ministério da Administração*

Interna consiga falhar. Desta vez sobre drones.”

O social-democrata recordou que *“a proposta apresentada, de acordo com a Comissão Nacional de Protecção de Dados, não respeita a legislação europeia de protecção de dados, potencialmente violando direitos fundamentais dos cidadãos portugueses. Para além disso, o Governo Português também não consultou a Autoridade Nacional da Aviação Civil, responsável pelo espaço aéreo nacional, nem articulou com a Comissão Europeia, sabendo que a legislação europeia sobre o espaço aéreo e drones está em fase de conclusão e que terá de ser respeitada também por Portugal. Um*

desalinhamento regulatório que poderá ter pesados impactos económicos neste sector em Portugal”.

Carlos Coelho lamentou por fim que: *“o outro ministério envolvido, o do ministro candidato Pedro Marques, esteja também remisso, uma vez que o registo obrigatório aprovado há seis meses não saiu do papel”*.

“Solicitei assim à Comissão Europeia que se pronuncie com urgência sobre a proposta de lei apresentada pelo Governo para regular a operação e fiscalização de sistemas de aeronaves não tripuladas no espaço aéreo nacional. Resposta que farei chegar à Assembleia da República”. 




A Universidade Europa foi um sucesso

A 11.^a Universidade Europa, mais uma vez dirigida por **Carlos Coelho**, realizou-se na Figueira da Foz, entre 8 e 10 de Março de 2019. Setenta jovens de todo o país debateram com Deputados ao Parlamento Europeu, Deputados nacionais e personalidades políticas de excepção, os principais desafios para o futuro da União Europeia.

O Director da Universidade Europa destacou que *“esta edição foi particularmente importante para os nossos participantes, porque foi realizada a três meses de eleições europeias decisivas para o futuro do projecto europeu. Conseguimos ter um programa de excelência, com convidados de primeira linha. Destaco as intervenções da Margarida Balseiro Lopes, Presidente da JSD, e da Lídia Pereira, Presidente do YEPP, que demonstraram que temos uma nova geração de líderes altamente preparada para enfrentar os tempos difíceis que estão à nossa frente. E não posso deixar de sublinhar a importância do debate entre Joseph Daul, Presidente do PPE, com Enda Kenny, antigo Primeiro-Ministro da Irlanda, que discutiram com os nossos alunos o futuro da integração, sem o Reino Unido. Finalmente, a intervenção de Carlos Moedas foi mais uma prova da sua estatura política actual na União e a prestação de contas de um trabalho que deve orgulhar todos os portugueses”*.



O Deputado ao Parlamento Europeu, que dirige também a Universidade de Verão do PSD e a Escola Europa, sublinhou o *“papel estruturante da formação política na construção de cidadãos mais activos e preparados, de jovens mais informados e capacitados para o trabalho político assente no rigor, na transparência e na competência. Aliás, o próprio Presidente do*

PSD, Dr. Rui Rio, referiu-o na sessão de encerramento, a que presidiu. O PSD é um exemplo nesta área e as Universidades são o espelho da afirmação da formação política como pilar da construção do futuro do sistema político português. E a qualidade dos 70 jovens que recebemos nesta edição da Universidade Europa é prova evidente disso mesmo”. 

Fernando Ruas propõe alterações ao próximo Quadro Financeiro Plurianual para reduzir assimetrias e servir melhor os cidadãos

Na sessão plenária de Março em Estrasburgo, foi aprovado em primeira leitura, a posição do Parlamento Europeu relativa ao Regulamento que estabelece as disposições comuns (RDC) de sete fundos da UE em gestão partilhada no Pós 2020: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu +, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos.

Sobre a aprovação deste relatório - para o qual teve a oportunidade de contribuir com diversas emendas - **Fernando Ruas** afirmou que *“os Fundos Europeus contribuíram com 84,2% do total do Investimento público efectuado em Portugal entre 2015-2017, constituindo o valor mais elevado de toda a União Europeia”*, pelo que *“sendo Portugal o país da União Europeia mais dependente dos Fundos Estruturais e de Investimento para realizar investimento público, a aprovação deste Quadro Regulamentar e, mais concretamente, desta proposta do Parlamento Europeu, torna-se absolutamente fundamental”*.


Além do apoio às medidas de simplificação e de combate à burocracia, de maior flexibilidade, transparência e publicação das medidas de avaliação do desempenho, de facilitação da cooperação interregional e transfronteiriça, de reforço da dimensão urbana da Política de Coesão ou de apoio à criação de novos Fundos (como o Fundo para o Asilo e a Migração), o Parlamento Europeu propôs um aumento do Orçamento da União dos actuais 1,14% do seu PIB - propostos pela Comissão para 1,3% do PIB da União - o que equivale a dizer que contrariamente à proposta da Comissão que previa uma diminuição dos Fundos para Portugal na ordem dos 7% (face ao actual QFP), se propõe um aumento do montante dos mesmos para o próximo QFP.

Relativamente às alterações legislativas que apresentou a este Relatório, juntamente com outros colegas, Fernando Ruas lembrou que *“das propostas discutidas nos últimos meses*



Fernando Ruas afirmou que “os Fundos Europeus contribuíram com 84,2% do total do Investimento público efectuado em Portugal entre 2015-2017, constituindo o valor mais elevado de toda a União Europeia”, pelo que “sendo Portugal o país da União Europeia mais dependente dos Fundos Estruturais e de Investimento para realizar investimento público, a aprovação deste Quadro Regulamentar e, mais concretamente, desta proposta do Parlamento Europeu, torna-se absolutamente fundamental”.

pela Comissão de Desenvolvimento Regional, conseguiu-se melhorar essa posição inicial - por exemplo no que diz respeito à taxa de cofinanciamento para as regiões menos desenvolvidas, que passou a 85% (quando a Comissão propôs 70%), ao passo que para as regiões de transição ficou nos 65% (quando era de 55%) e para as regiões mais desenvolvidas quedou-se nos 50% (quando era de 40%); conseguimos ainda que a regra do ano n+2 para a conclusão da execução dos fundos passasse a n+3 e uma melhoria do regime de pré-financiamento para os Estados Membros”.

O Parlamento Europeu propôs ainda o fim da condicionalidade macroeconómica, ou seja, da não suspensão de Fundos para os Estados-Membros em caso de incumprimento das metas orçamentais, enviando assim um sinal muito forte para a Comissão e para o Conselho, de que não aceita a replicação da profunda injustiça que poderia ter sucedido a Portugal (e também a Espanha) no ano de 2016, caso esta suspensão tivesse sido aplicada, após o penoso esforço financeiro efectuado pelos portugueses nos anos anteriores. 

Sofia Ribeiro defende reconhecimento profissional do trabalho doméstico

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu a necessidade de profissionalizar o trabalho doméstico e domiciliário, *“passando de trabalho precário e não declarado para emprego reconhecido, com acesso a regimes de proteção social e de formação a estes trabalhadores”*. A social-democrata interveio como palestrante, quarta-feira, 6 de março, na apresentação do caderno de encargos da Federação Europeia para o Emprego Familiar e dos Cuidados Domiciliários, com a qual tem vindo a trabalhar ao longo deste mandato.

“A geração de cidadãos ativos é cada vez mais uma geração sanduíche, que ainda tem a cargo o apoio e a formação dos filhos, mas que também passa a ter responsabilidades no acompanhamento dos pais. Urge, pois, que se apresentem respostas sociais e laborais de apoio à família, tanto mais que estamos a assistir a um acelerado envelhecimento populacional e que as respostas de cuidados aos idosos não são suficientes”, afirmou Sofia Ribeiro, adiantando que *“a estes trabalhadores confiamos as nossas casas, os nossos filhos e os nossos pais? mas eles são invisíveis, não declarados, vítimas de insegurança e exclusão social”*, classificou.

Note-se que como trabalho doméstico e domiciliário se subentende o largo espectro de atividades que se destinam ao bem-estar das famílias nas suas residências, englobando os cuidados com crianças, idosos e portadores de necessidades educativas especiais, bem como todo o tipo de trabalho doméstico.

Estima-se que o trabalho não declarado na UE seja de aproximadamente 16.4% e o reconhecimento do trabalho doméstico *“contribuiria para uma diminuição óbvia destes números”*, declarou Sofia Ribeiro. Para a Eurodeputada, *“proteger o trabalhador doméstico e conferir-lhe o acesso a sistemas de previdência representaria uma valia para os governos dos Estados-Membros, uma vez que podia permitir que esses trabalhadores pudessem contribuir também com as suas prestações sociais, o que reforçaria a sustentabilidade do próprio regime de segurança social”*.

Este reconhecimento, segundo Sofia Ribeiro, reduziria ainda a sobrecarga dos serviços



Sofia Ribeiro afirmou: “A geração de cidadãos ativos é cada vez mais uma geração sanduíche, que ainda tem a cargo o apoio e a formação dos filhos, mas que também passa a ter responsabilidades no acompanhamento dos pais. Urge, pois, que se apresentem respostas sociais e laborais de apoio à família, tanto mais que estamos a assistir a um acelerado envelhecimento populacional e que as respostas de cuidados aos idosos não são suficientes”.

nacionais de saúde. *“Basta pensar que estes profissionais, com formação adequada, estariam preparados para prestar os primeiros cuidados aos nossos idosos ou aos nossos filhos, diminuindo, em alguns casos, a necessidade de aceder aos sistemas públicos de saúde”*. Por outro lado, explicou, *“seria uma forma de contribuir para o decréscimo dos índices de pobreza e exclusão social e cultural”*. Nesta sua intervenção, a Eurodeputada frisou, igualmente, a importância de acesso a regimes de formação especializada para estes trabalhadores, ressaltando que lhes *“fornece ferramentas para poderem lidar com uma atividade que é, pela sua natureza, consideravelmente desgastante, em especial a nível emocional”*.

Ao terminar a sua intervenção, a Eurodeputada deixou um desafio: *“o lançamento deste documento deverá funcionar como alavanca para a formalização de um intergrupo no próximo mandato do Parlamento, sobre Emprego Doméstico e Familiar e Cuidados Domiciliários na UE, que sente à mesma mesa todas as partes interessadas para pressionar as Instituições Europeias, numa associação transnacional, extra partidária e para além das comissões parlamentares a que pertencem os Deputados”*. *“Peço a todos vós que incluam o debate sobre o trabalho doméstico e domiciliário nas campanhas para as próximas eleições europeias, para que tenhamos uma Europa cada vez mais social”*, finalizou Sofia Ribeiro. 

Smart Destinations: um conceito que veio para ficar

Seminário promovido por Cláudia Monteiro de Aguiar e Paulo Rangel

Foi para falar não apenas de um conceito que tem vindo a crescer nos últimos anos que **Cláudia Monteiro de Aguiar** e **Paulo Rangel**, deputados do PSD promoveram, em Bruxelas, um Think Tank sobre 'Smart Cities in Smart Tourism', no Parlamento Europeu. Um dos oradores convidados foi Miguel Castro Neto, personalidade *Smartcities 2017* pela Green Business Week, Professor e coordenador na NOVA IMS School. Anna Athanasopoulou, chefe da unidade Turismo e Indústrias Criativas, da Comissão Europeia marcou também presença como oradora.

Os *'destinos inteligentes'* são vistos como um espaço urbano que aproveita as tecnologias de informação e comunicação e a *'data science'* para responder aos desafios atuais. O objectivo passa por tornar mais eficientes a gestão de serviços e infraestruturas e proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas que vivem, trabalham ou visitam uma cidade, sem esquecer o objetivo de fazermos parte da criação de um futuro mais sustentável.

O Eurodeputado Paulo Rangel abriu o seminário e começou por dizer que *"devido ao progresso tecnológico, a mobilidade entre cidades melhorou e apontou que hoje em dia as pessoas não se ficam apenas pelas capitais"*. Como exemplo usou o Porto, cujo turismo tem vindo a crescer exponencialmente. *"Hoje em dia há uma atmosfera muito amigável para o desenvolvimento da estratégia das cidades. Este é um processo onde revolução digital terá um papel crucial e que permite aos residentes e visitantes fazerem parte da estratégia através de uma participação activa"*, sublinhou.

Por sua vez, a Eurodeputada referiu que o desenvolvimento e aparecimento destas tecnologias aliadas ao Turismo possibilitam a tomada de decisões estratégicas, melhorias técnicas e operacionais num período de tempo incomparavelmente menor ao até aqui utilizado, e desafiou as várias Regiões, Cidades e Destinos a inovar na forma como os serviços




O Eurodeputado Paulo Rangel abriu o seminário e começou por dizer que *"devido ao progresso tecnológico, a mobilidade entre cidades melhorou e apontou que hoje em dia as pessoas não se ficam apenas pelas capitais"*.

são prestados. *"Uma gestão inteligente dos destinos turísticos permitir-nos-á condensar o potencial do nosso turismo, tornar a nossa oferta mais interessante e mais eficiente e permitir-nos-á criar redes de comunicação mais modernas e céleres entre munícipes, residentes e turistas e - sendo o mais importante - a criar valor acrescentado, potenciando os territórios e a melhor gestão dos mesmos"*, acrescentou a Eurodeputada.

Miguel Castro Neto, na sua apresentação mostrou dados que dão conta que, em Portugal, os turistas têm escolhido nos últimos anos visitar cidades do interior do país, quando em 2012 o turismo focava-se essencialmente no litoral e nas grandes cidades. *"A importância de usar big data e saber analisar esta informação é crucial para responder por exemplo aos fluxos de turistas e saber distribuí-los pelo território de acordo com o que procuram."*

Por fim, a representante da Comissão Europeia lembrou que *"não podemos falar de turismo sem falar em novas e mais inovadoras tecnologias. Cada vez mais associamos o termo 'inteligente' ao turismo. Temos visto novos e diferentes tipos de negócios a emergir na nossa extremamente digitalizada economia. Estes negócios vêm criar valor, usando as tecnologias digitais para os residentes e os visitantes."*

Cláudia Monteiro de Aguiar, no final do seminário, mostrou-se satisfeita com o resultado e a participação dos presentes, neste que é cada vez um conceito mais global e solicitou à Comissão Europeia que, no futuro, *"houvesse uma acção concreta da Comissão, modernizando e adaptando fundos e ferramentas existentes de apoio aos empreendedores, às novas competências"* e finalizou deixando uma crítica à falha do Governo Português no desenvolvimento de uma estratégia nacional para os destinos inteligentes, tal como já acontece em Espanha. 

Sofia Ribeiro contra extremismos no transporte animal

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** lamentou os termos em que foi aprovado o Relatório sobre a proteção dos animais durante o transporte dentro e fora da UE, do qual foi relatora do Partido Popular Europeu (PPE). *“Foi um processo negocial muito intenso e duro, em que quem esteve do lado dos agricultores e de quem trabalha ficou isolado perante a demagogia e o populismo”*, comentou.

Durante a sua intervenção, a social-democrata criticou a existência de problemas quanto ao respeito pelas exigências europeias por parte de alguns países terceiros. No entanto, segundo Sofia Ribeiro este debate não pode ser transportado *“para o campo ideológico”*, nem se pode *“aproveitar a proximidade das eleições europeias para que se consiga fazer passar uma agenda radical que mais não faz do que trazer descrédito a esta meritória diretiva, sem consequências positivas para os animais transportados”*.

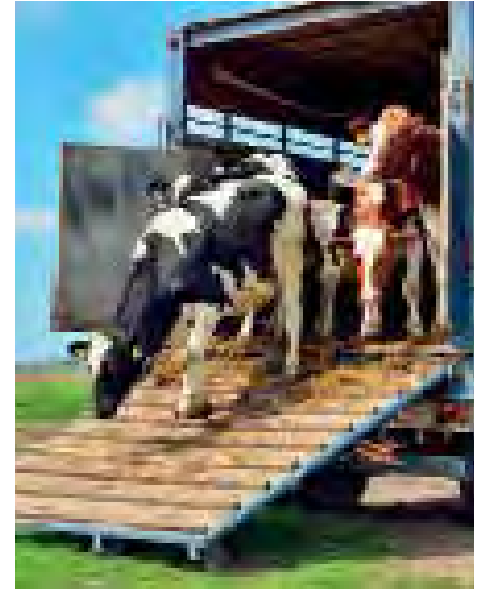
Sofia Ribeiro explicou que a regulamentação do transporte animal tem tido avaliações extremamente positivas, o que permitiu *“uma melhoria enorme na redução do sofrimento dos*

animais durante a sua deslocação, bem como na dotação de melhores condições físicas dos meios de transporte”.


Sofia Ribeiro alertou ainda para *“alguma falta de empenho por parte de alguns Estados-Membros e a falta de harmonização dos sistemas de coimas dentro da UE”* que, segundo a Deputada, deviam *“ser mais severas e punitivas para quem prevarica”* e serem *“equivalentes em todo o espaço europeu”*.

A Eurodeputada salientou neste documento a defesa de aspetos como *“o reforço das fiscalizações”*, a não realização do *“transporte de animais que não estejam em condições ótimas de saúde”* e que *“os animais possam ser abatidos, sempre que possível, próximo das explorações onde se encontram”*. Do documento aprovado, Sofia Ribeiro salientou ainda *“a possível criação de uma rede móvel de matadouros para evitar transportes longos e o incentivo para o transporte de carne e carcaças, em vez de animais vivos”*.

Apesar de tudo, a Eurodeputada afirmou ter conseguido *“alguns aspetos positivos para o sector agrícola, através da aprovação de uma*



proposta que distingue a responsabilidade dos agricultores e dos transportadores em situações de incumprimento da diretiva de transporte animal”. *“Era fundamental que isto acontecesse”*, realçou.

“Não podemos aceitar que pura e simplesmente se queira eliminar do espaço europeu e das exportações europeias o transporte de animais vivos”, alertou. *“Não vivemos todos no centro da Europa e há que haver um maior respeito pelos países periféricos e descontinuidade geográfica e não podemos por em causa o amor que os agricultores nutrem pelos seus animais nem achar que estes são os responsáveis”*. 

Mais Fundos para Portugal. Mais segurança nas fronteiras comuns


O Parlamento Europeu aprovou em sessão plenária a sua posição negocial para o **Fundo para a Gestão Integrada das Fronteiras**, com cerca de **dez mil milhões de euros**. **Carlos Coelho** foi o negociador do Partido Popular Europeu (PPE) para este relatório.

O próximo quadro financeiro multianual vai **multiplicar por cinco** os fundos disponíveis para a **segurança nas fronteiras** e graças a uma emenda de Carlos Coelho, os países da coesão, como Portugal, terão os

seus projetos financiados até 85%.

Carlos Coelho começou por sublinhar que *“estamos a dotar a União com os fundos adequados para fazer face aos novos desafios nas fronteiras. Mas o passado recente demonstrou que necessitamos de maior solidariedade e maior rapidez em situações de emergência. A União não pode estar refém de acordos de momento para acudir Estados-Membros em apuros. É por isso que propomos maior flexibilidade na gestão do fundo em casos excecionais e de urgência”*.

O Deputado europeu considerou ainda que *“a segurança dos portugueses não pode ser prejudicada pela falta de investimento nacional. É da mais elementar justiça que Portugal possa ter os seus investimentos em segurança mais apoiados por fundos europeus do que a Alemanha, por exemplo. As verbas nacionais disponíveis nestes países são muito diferentes.”*

O social-democrata concluiu por fim que *“uns aceitam perder 7% dos fundos comunitários, outros lutam pelos interesses de Portugal”*. 

Fernando Ruas defende maior e melhor cooperação internacional no sector do azeite em Bruxelas

Eurodeputado foi relator do PPE no Parlamento Europeu para a celebração do Acordo Internacional de 2015 sobre o Azeite e as Azeitonas de Mesa.

Trata-se de um acordo, celebrado em 2015, que entrou em vigor, a título provisório, a 1 de janeiro de 2017, sucedendo ao anterior, que vigorava desde 2005.

Tal como teve oportunidade de salientar na sua intervenção em sede da Comissão de Comércio Internacional, **Fernando Ruas** destacou a relevância das quatro dimensões deste acordo:


- Primeiro, a dimensão da cooperação internacional, através da qual se pretende desenvolver uma cultura do azeite a nível mundial, de forma integrada e sustentável;
- Segundo, a dimensão da coordenação de políticas de produção, industrialização, armazenagem e comercialização do azeite, óleos de bagaço de azeitona e azeitonas de mesa;
- Terceiro, a dimensão do incentivo à investigação e desenvolvimento;
- E por último, a dimensão que pretende promover a transferência de tecnologias e levar a cabo acções de formação neste sector.

No âmbito deste novo acordo agora celebrado, foi criado um novo órgão decisório - o Conselho dos Membros - que é o principal responsável pela prossecução dos objectivos plasmados no acordo, o qual tem também a capacidade de promover alterações, em matéria de denominações e definições dos azeites, dos óleos de bagaço de azeitona e das azeitonas de mesa.

Neste particular, Fernando Ruas chamou a atenção para a importância dessas alterações serem comunicadas, atempada e detalhadamente ao Parlamento, antes de ser tomada qualquer posição da Comissão, em nome da União.



Em conclusão, o Deputado europeu sublinhou a relevância deste acordo para os interesses europeus e obviamente para Portugal enquanto um dos maiores *players* neste mercado, uma vez que permitirá contribuir activa-

mente para uma maior e melhor cooperação internacional no sector do azeite e da azeitona de mesa - no âmbito daquela que é a política comercial comum da UE, particularmente, em matéria de acordos comerciais. 

Cláudia Monteiro de Aguiar critica postura da socialista Ana Gomes contra o CINM

Durante a votação em plenário que decorreu a propósito do relatório referente aos crimes financeiros e à evasão fiscal, *“a representação do Partido Socialista na Europa demonstrou estar contra Portugal e, em particular, contra o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)”*, refere a eurodeputada social-democrata **Cláudia Monteiro de Aguiar**, lamentando *“a euforia”* manifestada pela socialista Ana Gomes, aquando da votação onde foi feita uma referência à Madeira.


“O comportamento de Ana Gomes tem sido, de facto, coerente com o seu posicionamento, ao longo de todo o mandato”, sublinha Cláudia Monteiro de Aguiar numa nota de imprensa, lamentando que o objetivo por detrás de tantas declarações e, inclusive, daquelas que foram, novamente prestadas à comunicação social, seja *“o de pôr fim ao Centro Internacional de Negócios, na base de uma campanha de difamação sem precedentes que recorre a argumentos e justificações desproporcionais, nomeadamente a da comparação deste centro internacional a praças financeiras como a de Luxemburgo e Malta”*.

Atacar o CINM *“é atacar a imagem da Madeira, é criar a incerteza nas empresas já*



sediadas neste centro – que são responsáveis por cerca de 3.500 postos de trabalho, diretos e indiretos – e é, sobretudo, impedir que novas empresas venham a instalar-se entre nós”, prossegue a eurodeputada, acrescentando que ainda mais difícil é entender este *“ataque deliberado”* quando as receitas fiscais geradas, na ordem dos 122 milhões de euros, acabam por financiar serviços públicos prestados à população, entre os quais os importantes investimentos na área da saúde dos madeirenses.

Criticando fortemente a falta de visão do PS nesta matéria – postura que, em última instância, também prejudica a imagem de Portugal – Cláudia Monteiro de Aguiar reforça que a defesa do CINM se torna estratégica e ainda mais relevante no caso de uma Região insular e ultraperiférica, *“que diariamente lida e precisa de ultrapassar desafios estruturais e necessariamente distintos dos que outros Estados Membros, com regimes preferenciais, enfrentam”*.


Refira-se que o CINM e a investigação lançada pela Comissão Europeia sobre a aplicação, por Portugal, do regime de auxílios regionais da Zona Franca da Madeira é mencionada num parágrafo do relatório. Em nota de rodapé é acrescentado que a investigação pretende avaliar o cumprimento dos requisitos estabelecidos nos regimes, ou seja, se os lucros das empresas que beneficiam das reduções do imposto sobre o rendimento provieram exclusivamente de atividades realizadas na Madeira e se as empresas beneficiárias criaram e mantiveram os postos de trabalho na Madeira. Num outro ponto do relatório aprovado, o PE pede à Comissão a apresentar uma proposta para a eliminação urgente do sistema de portos francos na UE. 

Portugueses no Estrangeiro: os problemas com os cartões de cidadão vão acabar!

O Parlamento Europeu, aprovou o acordo alcançado com o Conselho sobre **os novos cartões de cidadão e o seu reconhecimento por todos os Estados-Membros. Carlos Coelho** é o negociador do Partido Popular Europeu (PPE) para este relatório.

No último verão, foram reportados dezenas de casos de portugueses que viram o seu **cartão de cidadão recusado como meio de identificação**, sobretudo na Alemanha. Com este novo regulamento, vamos **impedir que situações destas se repitam.**

Carlos Coelho começou por sublinhar que *“enquanto país de emigrantes, é crucial que o nosso Cartão de Cidadão seja aceite noutros países europeus. Hoje, contudo, muitos portugueses enfrentam ainda obstáculos no acesso a serviços elementares, públicos e privados, nos países de acolhimento, devido ao formato não conforme do nosso cartão de cidadão. Com este novo regulamento, iremos garantir que estes problemas desaparecem. A livre circulação vai ficar mais fácil. Tudo irá depender de quão rapidamente o governo decidir implementar estas medidas”*.

Carlos Coelho sublinhou que *“estamos a aprofundar a livre circulação, estamos a proteger melhor todos e estamos a reforçar a cidadania europeia”*. O social-democrata lembrou que *“o governo português terá dois anos para se preparar para esta mudança”*. Contudo, assegurou o Deputado **“os portugueses não terão custos adicionais e apenas terão de renovar o seu cartão de cidadão no fim do seu prazo de validade. Pessoas com mais de 70 anos, com cartões vitalícios, não serão obrigadas a fazê-lo”**. 

InvestEU – fechado o acordo entre as três instituições para o instrumento financeiro do próximo QFP

O Parlamento Europeu, os Estados-Membros e a Comissão Europeia chegaram, no passado dia 20 de março, a um acordo preliminar para a criação do programa **'InvestEU'**, o novo instrumento financeiro para 2021-2027 que poderá mobilizar entre 650 mil milhões a 700 mil milhões de euros em investimentos na União Europeia.

O Eurodeputado do PSD e negociador do relatório, **José Manuel Fernandes**, salienta a importância de Portugal *"trabalhar desde já para o máximo aproveitamento deste recurso, vital para a criação de emprego e o reforço da competitividade e produtividade da economia através do apoio às empresas e ao investimento público e privado"*.

"Portugal não pode perder a oportunidade de investir em infraestruturas, investigação e inovação, PME e área social, as quatro "janelas" do 'InvestEU'", avisa José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na comissão dos orçamentos.

"É urgente que Portugal tome iniciativas que permitam potenciar os recursos disponíveis através do InvestEU, como é a criação de condições para um funcionamento eficaz da instituição financeira de desenvolvimento – o chamado banco de fomento –, com um papel reforçado na relação com o Grupo Banco Europeu de Investimento (BEI)", defende.

O Eurodeputado lamenta que o Governo de António Costa tenha optado por diminuir recursos e capacidades da instituição financeira de desenvolvimento em Portugal, impedindo uma melhor execução do Plano Juncker, que se tem revelado um sucesso surpreendente na Europa e que em Portugal tem sido sobretudo bem aproveitado por iniciativa das empresas.

"Impressiona como o Governo português tem desvalorizado o Plano Juncker e o novo plano de investimentos da UE. Os membros do Governo de"



monstram até desconhecimento total sobre estes recursos, ao ponto do ex-ministro responsável pela execução dos fundos - e atual cabeça-de-lista do PS às eleições europeias - ter publicamente anunciado como grande novidade defender a criação de um fundo de investimentos para a Europa que, como agora mais uma vez se comprova, já existia e está a funcionar, estando já aprovado um novo que vai vigorar de 2021 a 2027", denuncia José Manuel Fernandes.

Com objetivo de prosseguir um impacto determinante para a criação de emprego, a promoção do investimento e a concretização de um crescimento económico sustentável, o **'InvestEU'** vai congrega os 14 instrumentos financeiros atualmente existentes de apoio ao investimento na União Europeia – incluindo o Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos, o chamado **'Plano Juncker'**.

Baseado no sucesso do **'Plano Juncker'** (que

já mobilizou quase 390 mil milhões de euros em investimentos nos 28 Estados-Membros e apoiou 929.000 PME), o **'InvestEU'** contempla uma plataforma de aconselhamento (InvestEU Advisory Hub), para apoio personalizado aos promotores de projetos e candidaturas, assim como o **'InvestEU Portal'** para divulgação e partilha de investimentos e projetos junto de potenciais investidores.

O acordo preliminar já alcançado nas negociações entre os representantes das três instituições europeias para a criação do programa **'InvestEU'** terá de ser sujeito à aprovação formal do Parlamento Europeu e do Conselho. O montante total da garantia fica suspenso, até a aprovação do próximo Quadro Financeiro Plurianual. O **'InvestEU'** é suportado por um sistema de garantia do orçamento da UE que o Parlamento Europeu pretende reforçar de forma a poder mobilizar 700 mil milhões de euros - de acordo com a proposta do PE que supera a posição do Conselho, que se fica pelos 650 mil milhões de euros. 